PROCESSO CEE Nº 1.411/81 (Proc. DRE-SO nº 1.095/81)
INTERESSADO : CLEUSA DE ALMEIDA GARCIA
ASSUNTO : Regularização de vida escolar
RELATOR : Cons. Gérson Munhoz dos Santos
PARECER CEE Nº 1465/81 - CEPG - Aprov. em 9/9/81

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO:

O presente protocolado contém o pedido de regularização da vida escolar de CLEUSA DE ALMEIDA G A R C I A , aluna da EMG "José Gonçalves Mendes", de Paranapanema, D.E. de Avaré, DRE de Sorocaba.

A interessada, nascida a 13 de outubro de 1962, em Paranapanema, Estado de São Paulo, é filha de Alcides Garcia e de Jandira Justo de Almeida.

A situação considerada irregular foi constatada pelo Sr. Supervisor de Ensino e refere-se à aplicação da Resolução nº 81/77.

CLEUSA DE ALMEIDA GARCIA foi submetida à prova de escolaridade, nos termos do que preceituou a Resolução nº 81/77, porém a matrícula efetuada, após a verificação referida, se deu no ensino regular e não no ensino supletivo, conforme instituiu o artigo 1º da acima mencionada Resolução.

2. APRECIÇÃO:

A EEPG "José Gonçalves Mendes", após submeter a interessada à prova de escolaridade e ter constatado que CLEUSA DE ALMEIDA GARCIA poderia ter seus conhecimentos declarados como relativos aos de nível da 4ª série do 1º grau, efetuou, em 1980, a matrícula da interessada na 5ª série do 1º grau, contrariando, portanto, o artigo 1º da Resolução SE nº 81 de 2 de julho de 1977 (fls. 9).

O artigo 1º da já mencionada Resolução está redigido nos termos a seguir transcritos:

"Resolve:

Artigo 1º - A realização da prova de escolaridade para clientela não escolarizada ou semi-alfabetizada, com idade igual ou superior a 14 anos, em nível de conclusão de uma das quatro primeiras séries do ensino de 1º grau, para fins de ingresso no mercado de trabalho ou prosseguimento de estudos, via ensino supletivo, será regida pela presente Resolução".

Em seu pronunciamento, o Sr. Delegado de Ensino de Avaré considerou viável a matrícula da aluna no ensino regular, tendo-se manifestado como se segue:

"Referido Supervisor acha a matrícula irregular, em razão do que o artigo 1º da referida Resolução, onde há o especificação de que, para prosseguimento de estudos, isto só seria possível via Ensino Supletivo.

Este não é o nosso entender, pois achados que a documentação obtida tem validade plena tanto no ensino regular como no supletivo, desde que respeitados os direitos e cautelas referentes ao alunado da primeira modalidade".

Foi ainda o Sr. Delegado de Ensino que informou que a aluna "reside em cidade onde não existe o curso supletivo, a partir da 5ª série ..." e ante a aspiração de prosseguir seus estudos, em face daquela inexistência, estaria condenada a não mais estudar (fls. 11), esclarecendo, mais, que a matrícula foi feita em curso noturno, "em classe que não fere direito de terceiros, com colegas maiores de 14 anos" e que estaria vencendo as dificuldades, concluindo por considerar como inexistente a irregularidade aventada pelo Sr. Supervisor.

Alegando interpretação divergente daquele entendimento postulado pelo Sr. Supervisor de Ensino e sr. Delegado apresentou as seguintes ponderações: (fls. 9)

"A irregularidade existiria, a nosso ver, se a matrícula tivesse sido rejeitada pela Escola, havendo vaga em oferta.

Se caracterizarmos a realização dos estudos dentro das duas modalidades - regular e supletivo - acabaríamos por concluir que a Res. SE nº 81/77 apenas dá uma forma de se fornecer um "atestado" de estudo ao nível de uma das quatro primeiras séries do ensino de 1º grau, sem entrar no mérito da sua modalidade anterior que permitiu a base necessária para a obtenção do documento.

No entanto, é bastante válida a cautela do Sr. Supervisor de Ensino, pois, há necessidade real de se esclarecer qual a interpretação que se deva dar ao artigo 1º da Res. nº 81/77, no que tange à ressalva nela colocada "prosseguimento de estudos, via supletiva ..." . Por isto, submetemos o caso à apreciação da DRESO".

CLEUSA DE ALMEIDA GARCIA estava com 17 anos de idade em 1980, quando foi matriculada na 5ª série do 1º grau, no ensino regular, curso noturno.

A interessada mereceria um voto de louvor pelo interesse demonstrado em ingressar na escolana 5ª série do 1º grau aos 17 anos e mais, ainda, no ensino regular. Impedi-la, por uma interpretação fria de um artigo de uma Resolução (passível de discussão e, portanto, de revogação) seria falta total de bom senso e critério pedagógico. Num País onde a evasão escolar é um dos mais sérios problemas com que se depara o ensino, seria uma enorme incongruência negar a matrícula a uma adolescente que pretende fazer seus estudos, preparando-se para ocupar, como cidadã útil, seu lugar na sociedade,

II - CONCLUSÃO

À vista do exposto, fica convalidada a matrícula de CLEUSA DE ALMEIDA GARCIA na 5ª série do 1º grau em 1980 no ensino regular da EEPG "José Gonçalves Mendes" de Paranapanema, DE de Avaré, bem como os atos escolares praticados subsequentelemente.

São Paulo, 19 de agosto de 1981

a) Cons. GÉRSON MUNHOZ DOS SANTOS
Relator

III - DECISÃO DACÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota como seu Parecer o Voto do Relator.

Presentes os Nobres Conselheiros: Amélia Americano Domingues de Castro, Gérson Munhoz dos Santos, Honorato de Lucca, Jair de Moraes Neves, João Baptista Salles da Silva, Joaquim Pedro Vilaça de Souza Campos.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 19 de agosto de 1981.

a) Cons. JOAQUIM PEDRO VILAÇA DE SOUSA CAMPOS
Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 9 de setembro de 1981

a) Consº MOACYR EXPEDITO M. VAZ GUIMARÃES
Presidente